

Operadores do transporte público têm obrigações antes de assumir

Vencedoras precisam comprovar viabilidade financeira para atuar com os custos reajustados

Prefeitura de Campinas

Da Redação

Apesar da empresa Sancetur e do consórcio Grande Campinas terem vencido a licitação do transporte público da cidade na semana passada, ambas não assumem de imediato, e o atendimento aos passageiros permanece sob responsabilidade das operadoras atuais, até que todas as fases legais sejam concluídas e os contratos assinados.

Antes de mais nada, as vencedoras precisam comprovar a viabilidade financeira para atuar com os custos reajustados, visto que os valores sofreram alterações durante a disputa do leilão (leia mais abaixo).

O cronograma estabelece cinco dias úteis com chance de prorrogação por igual período para que ambas possam protocolar as planilhas de custos atualizadas, detalhando gastos com frota e a manutenção da operação, conforme a tarifa final ofertada.

Na sequência, a Comissão de Licitação fará uma análise técnica, sem prazo estipulado, para verificar a sustentabilidade econômica das propostas, podendo convocar a segunda colocada caso a documentação seja reprovada. O terceiro passo é o prazo de três dias úteis para a interposição de recursos por parte de eventuais contestadores. Mas, inexistindo impedimentos, a homologação é realizada. Depois disso, as vencedoras dispõem de até dois meses para compor as Sociedades de



Leilão do transporte foi realizado na quinta-feira (5), na sede da B3, a Bolsa de Valores de São Paulo

Propósito Específico (pessoas jurídicas) destinadas exclusivamente à operação local.

A assinatura do contrato com a Prefeitura precede a emissão da Ordem de Serviço, que deve acontecer em 120 dias. Por fim, as empresas terão 85 dias para a aquisição de veículos e a estruturação de garagens, antes de efetivamente iniciarem o transporte com os ônibus.

Quem é quem

O Consórcio Grande Campi-

nas é composto pela Auto Viação Suzano (que atua em Balneário Camboriú-SC, Catanduva, Santa Isabel e Suzano), Líder, Nova Via Transportes (em Santa Bárbara d'Oeste), Rhema Mobilidade (de frete escolar em Paulínia), Smile Turismo (com sede em Paulínia e atuação em Campinas, Fernandópolis, Marília e Sumaré), Transporte Coletivo Grande Marília ((Marília) e WMW Locação de Veículos (Grande São Paulo).

Já a Sancetur (Santa Cecília Turismo Ltda) integra a holding

SOU Mobilidade e pertence aos sucessores de Marco Chedid, com capital social de R\$ 100 milhões conforme registros da RedeSim. Está sob a administração de Luiz Arthur Valverde Rodrigues Abi Chedid e garantiu a operação do Lote Sul, para operar no Centro, Parque Oziel e Ouro Verde. Dispõe de 6 mil funcionários e atua em 28 municípios, incluindo as capitais Rio de Janeiro (RJ) e Palmas (TO), além de cidades paulistas como Americana, Atibaia, Caraguatatuba, Indaiatuba,

Limeira e Rio Claro.

A empresa se expandiu por meio de contratos emergenciais. Marco Chedid, conhecido como Marquinho, possui vínculo histórico com Campinas. Foi vereador e presidente da Câmara, além de dirigente da Ponte Preta.

Após gerir o sistema de transporte local por décadas, o Grupo Belarmino terminou a licitação na segunda colocação pelo lote norte, por meio do Consórcio Mov Campinas

Deságio

Funciona como uma ferramenta de economia em licitações públicas porque representa a redução que uma empresa aplica sobre o preço máximo que o governo aceita pagar por um serviço ou produto. O órgão público define um teto de gastos, e as participantes da disputa oferecem valores menores para vencer o certame; essa diferença entre o limite permitido e o valor final da proposta é o que se chama de deságio. No cenário apresentado, o processo dividiu-se em duas partes com limites financeiros distintos. O lote sul estabeleceu o valor de 11,21 reais como patamar superior para as ofertas. Já o lote norte fixou o montante de 11,76 reais como o custo máximo admitido pela administração. O Grande Campinas venceu o lote norte com deságio de -19,30%, e a Sancetur, o sul, com -14,09%.

EMS compra Medley, mas depende de aval do Cade

Medley

Da Redação

O Grupo EMS, com sede em Hortolândia, comprou a Medley, cuja fábrica fica em Campinas (SP). O valor da compra não foi divulgado, mas, de acordo com estimativas do mercado financeiro, a operação é da ordem de R\$ 3,6 bilhões. A conclusão do negócio, entretanto, depende da anuência do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), que analisa se não haverá cartel - o que poderia lesar o consumidor brasileiro.

A Medley permanece sob gestão da Sanofi durante o período de análise e aprovação da venda pelo órgão regulador. Foi fundada em 1996, ganhando o mercado por meio da produção de genéricos em forma de cápsulas, comprimidos, drágeas, medicamentos líquidos e pomadas. Foi comprada em 2009 pela farma-



Medley permanece sob gestão da Sanofi durante análise

cêutica francesa Sanofi por cerca de R\$ 1,5 bilhão. Emprega cerca de 1.800 funcionários.

O objetivo da EMS com a compra é colocar mais opções de remédios nas prateleiras e ganhar força no mercado de genéricos - setor que sustenta o crescimento do grupo, que conta com 12 mil

funcionários. A empresa ocupa o primeiro lugar em vendas nas farmácias do Brasil e supera concorrentes como Eurofarma, Hypera Pharma e Sanofi. Já a Sanofi vende a unidade para concentrar-se na criação de vacinas e remédios biológicos modernos, investindo em tratamentos para doenças que

ainda possuem poucas soluções médicas disponíveis.

Genéricos

São medicamentos que possuem princípio ativo, dose e eficácia idênticos aos de marca. A comercialização ocorre sem nome comercial e apresenta preço re-

duzido ao consumidor. A identificação visual consiste em tarja amarela com a letra "G" na embalagem. O segmento movimentou R\$ 23 bilhões em 2025. O valor representa alta de 13,4% sobre o ano de 2024. O setor detém 40% de participação no mercado total de medicamentos, segundo dados da PróGenéricos.

Além disso, os genéricos compõem 75% das prescrições médicas do Brasil, e a presença desses itens atinge 85% do Programa Farmácia Popular - projeto do Governo Federal que garante acesso gratuito a tratamentos de saúde. A expansão do setor reflete a busca por economia dos consumidores e a manutenção da qualidade terapêutica na rede de saúde pública e privada. A regulação estatal assegura que o baixo custo não comprometa a segurança dos pacientes brasileiros em todo o território.